

Minas Gerais se destaca no compromisso de proteger as Áreas Úmidas no estado

Sex 02 fevereiro

Marcadas pela abundância de águas, as Áreas Úmidas são ambientes nos quais a terra permanece coberta por água - salgada, doce, ou um misto das duas - de forma permanente ou temporária. São os pântanos, corpos de água, naturais ou artificiais, entre outros. Neste dia 2/2, comemora-se o Dia Internacional das Zonas Úmidas, para as quais Minas Gerais se destaca pela proteção legal e pelas medidas práticas que asseguram o uso sustentável dessas regiões, por meio de fiscalizações, projetos, promoção de práticas sustentáveis e educação ambiental.

De acordo com informações da organização não governamental Ecologia e Ação (Ecoa), as áreas úmidas desempenham um papel fundamental na manutenção da biodiversidade e na regulamentação do clima, além de serem cruciais para a segurança alimentar, já que cerca de 400 milhões de pessoas vivem perto dessas regiões e dependem delas para garantir o próprio sustento. Isso se deve à variedade significativa de espécies que habitam esses locais, incluindo diversos tipos de peixes, répteis, anfíbios e pássaros, além de mamíferos como onças-pintadas e tigres que encontram abrigo e comida nessas localidades.

Apesar dessa importância, o estudo "The Global Wetland Outlook" da Convenção Ramsar aponta que um terço desses ecossistemas cruciais desapareceu nos últimos 45 anos em escala mundial. A Convenção Ramsar é um importante acordo internacional feito para proteger essas regiões. O Brasil comporta 24 unidades de conservação e três Sítios Ramsar Regionalizados, totalizando 27 sítios na Lista de Ramsar. Em Minas, estão localizadas duas destas áreas: a Peter Lund Karst, em Lagoa Santa e Pedro Leopoldo; e o Parque Estadual do Rio Doce, administradas pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF).

Proteção em Minas

"Em Minas Gerais, essas áreas estão resguardadas por legislações ambientais robustas, incluindo o Código Florestal Brasileiro e leis estaduais específicas. Além disso, há medidas práticas para assegurar o uso sustentável das Áreas de Proteção Permanente. A fiscalização rigorosa contra ocupações irregulares é uma prática essencial, enquanto a promoção de práticas agrícolas sustentáveis visa equilibrar a necessidade de desenvolvimento com a preservação ambiental", comenta Marcelo Araki, analista ambiental do [IEF](#) e coordenador do projeto Conexão Mata Atlântica.

Um dos destaques é o projeto Conexão Mata Atlântica, que conseguiu recuperar mais de 1.500 hectares de áreas degradadas no estado, além de capacitar mais de 1 mil pessoas em temas de uso sustentável do solo e da água. "Por meio de estratégias como o plantio de espécies nativas e sistemas agroflorestais, o projeto não apenas restaura ecossistemas, mas capacita comunidades locais em práticas sustentáveis", comenta Araki.

Enquanto as Zonas Úmidas enfrentam ameaças como poluição, mudanças climáticas e desenvolvimento desenfreado, as medidas de Minas Gerais são promissoras. "Além de proteger as

Áreas de Proteção Permanente, o estado contribui para a sustentabilidade global, reconhecendo o papel vital desses ecossistemas na captura de carbono e na preservação da biodiversidade", enfatiza Araki.

Ele cita para isso programas educacionais desenvolvidos em Minas para engajar a comunidade local na preservação dessas áreas, promovendo a compreensão da importância das Zonas Úmidas na manutenção do equilíbrio ambiental. "A proteção das Áreas Úmidas não é apenas uma responsabilidade legal, mas um investimento no futuro sustentável de Minas Gerais e do planeta como um todo", conclui.